N/E/X/T AUDITORES

Demonstrações Financeiras

REAL TIME PADRONIZADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISEGMENTOS

CNPJ: 17.198.452/0001-22

Administrado pela Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 03.317.692/0001-94

DATA BASE
31/07/2026 - EXERCÍCIO

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Demonstração da posição financeira	10
Demonstração do resultado do exercício	11
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório Dos Auditores Independentes Sobre As Demonstrações Financeiras

Aos cotistas e à administradora do

REAL TIME PADRONIZADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISEGMENTOS

Administrado pela Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Real Time Padronizado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de julho de 2026 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo na mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Real Time Padronizado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos em 31 de julho de 2026 e o desempenho de suas operações para o exercício findo na mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios.

Base Para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos De Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A determinação dos Principais Assuntos de Auditoria compreendeu a análise das áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante e riscos significativos, julgamentos significativos de nossa parte sobre áreas que envolveram estimativas por parte da administração e os efeitos sobre a auditoria de fatos e transações significativos ocorridos durante o período. Como resultado de nossos trabalhos, determinamos como principais assuntos a serem tratados no presente trabalho:

DIREITOS CREDITÓRIOS

Consideramos a avaliação dos direitos creditórios como um assunto relevante em nossa auditoria devido ao fato de que o Fundo possui um saldo de R$ 97.745 mil, que

representa 92,73% do patrimônio líquido composto por esses ativos. Consequentemente, o resultado apresentado é proveniente dos rendimentos desses direitos creditórios, os quais impactam de forma significativa o patrimônio líquido do Fundo. Dessa forma, em função da representatividade do saldo dos direitos creditórios a receber bem como da complexidade e da abrangência do ambiente geral de controles internos, julgamos os direitos creditórios como uma área de foco em nossas abordagens de auditoria.

COMO CONDUZIMOS O PAA EM NOSSA AUDITORIA

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspectos julgados necessários conforme as circunstâncias: (i) a avaliação dos controles relacionados a aquisição, baixa, liquidação, recompra e rendimentos dos direitos creditórios; (ii) cumprimento dos critérios de elegibilidade dos direitos creditórios adquiridos, em sua maioria, conforme definidos no regulamento do Fundo; (iii) testes de conciliações contábeis dos principais saldos, avaliando a documentação suporte no sentido de avaliar a integridade dos registros efetuados; (iv) verificação do recebimento financeiro em período subsequente de uma amostra de direitos creditórios a receber; (v) leitura e avaliação das constatações existentes nos relatórios de lastro dos direitos creditórios; (vi) verificação da existência, em base de amostras, dos direitos creditórios (lastro) e (vii) análise da adequação das divulgações das informações nas notas explicativas.

Nossos procedimentos foram elaborados com o objetivo de mitigar os principais riscos, relacionados aos direitos creditórios a receber, que o fundo está exposto.

RESULTADO DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA EXECUTADOS

Consideramos que os principais critérios e premissas adotados pela administração quanto à existência e valorização dos direitos creditórios são consistentes e alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

PROVISÃO PARA PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR DE RECUPERAÇÃO

Consideramos a provisão para perdas por redução no valor de recuperação como um assunto relevante devido ao fato de o processo de reconhecimento e mensuração das provisões para redução no valor de recuperação dos direitos creditórios envolver premissas baseadas em julgamentos por parte da administração.

A aplicação de diferentes técnicas para fins de determinação das estimativas poderia resultar em um valor significativamente diferente das provisões. Dessa forma, os tratamentos contábeis dados a este ativo foram considerados tema de maior foco em nossa auditoria.

COMO CONDUZIMOS O PAA EM NOSSA AUDITORIA

Analisamos os controles que suportam os saldos contábeis, bem como a movimentação ocorrida no período, além de verificar a evolução dos saldos em comparação a outros indicadores diretamente ligados à evolução dos saldos das provisões, tal qual as receitas e despesas com perdas relacionadas aos direitos creditórios.

Verificamos as políticas, premissas e procedimentos adotados pela administração para mitigar os riscos operacionais e riscos de crédito associados ao processo de constituição das provisões bem como a sua efetividade através de procedimentos de checagem de operações realizadas. Aplicamos procedimentos substantivos objetivando evidenciar a documentação que suporta os registros contábeis decorrentes dos fatos ocorridos.

RESULTADO DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA EXECUTADOS

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas por redução no valor de recuperação, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração do Fundo, assim como as respectivas divulgações são apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Responsabilidades Da Administradora Do Fundo Pelas Demonstrações Financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora do Fundo pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O responsável pela governança do Fundo é a sua Administradora, com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades Do Auditor Pela Auditoria Das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora do Fundo.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau – SC, 29 de outubro de 2026.

NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4
Ricardo Artur Spezia – Sócio
Contador SC-028595/O-2

Real Time Padronizado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos

CNPJ: 17.198.452/0001-22

(Administrado pela Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – CNPJ: 03.317.692/0001-94)

Demonstração da Posição Financeira em 31 de julho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Quantidade	31/07/2026	% sobre o patrimônio líquido	Quantidade	31/07/2025	% sobre o patrimônio líquido
Ativo							
Disponibilidades	4		16	0,02		90	0,11
Títulos e valores mobiliários	5		7.696	7,30		2.109	2,59
Títulos públicos federais			99	0,09		100	0,12
Notas do Tesouro Nacional - Série B		25	99	0,09	25	100	0,12
Cotas de fundos de investimento			7.597	7,21		2.009	2,47
Renda fixa							
Petra Liquidez Fundo de Investimento Referenciado DI LP		2.548	7.597	7,21	772	2.009	2,47
Direitos creditórios			97.745	92,73		79.532	97,74
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios			8.520	8,08		4.786	5,89
Direitos creditórios a vencer		340	9.449	8,96	225	4.480	5,51
Direitos creditórios vencidos		391	5.228	4,96	300	2.873	3,53
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos			(6.157)	(5,84)		(2.567)	(3,15)
Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios			89.225	84,65		74.746	91,85
Direitos creditórios a vencer		10.578	85.562	81,17	8.941	70.824	87,03
Direitos creditórios vencidos		3.993	11.087	10,52	4.439	9.677	11,89
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos			(7.424)	(7,04)		(5.755)	(7,07)
Valores a receber			1.516	1,44		993	1,22
Direitos creditórios a liquidar	6.c		1.516	1,44		993	1,22
Despesas antecipadas			9	0,01		3	-
Total do ativo			106.982	101,50		82.727	101,66
Passivo							
Valores a pagar			1.574	1,50		1.351	1,66
Direitos creditórios recebidos a identificar	6.e		1.012	0,96		865	1,06
Taxa de consultoria especializada	15.c		463	0,44		420	0,52
Taxa de gestão	15.b		48	0,05		26	0,03
Taxa de administração	15.a		28	0,03		22	0,03
Taxa de custódia	15.a		11	0,01		9	0,01
Auditoria a pagar			9	0,01		8	0,01
B3 S.A. - Brasil , Bolsa e Balcão			3	-		1	-
Total do passivo			1.574	1,50		1.351	1,66
Patrimônio líquido			105.408	100,00		81.376	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido			106.982	101,50		82.727	101,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Real Time Padronizado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos

CNPJ: 17.198.452/0001-22

(Administrado pela Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – CNPJ: 03.317.692/0001-94)

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de julho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/07/2026	31/07/2025
Composição do resultado dos exercícios			
Direitos creditórios		**25.053**	**17.475**
Apropriação de rendimentos	6.g	26.860	16.352
Resultado nas negociações	6.g/h	3.452	1.825
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos	6.i	(5.259)	(702)
Titulos e valores mobiliários	**5**	**1.267**	**399**
Títulos públicos federais		**6**	**1**
Apropriação de rendimentos		7	7
Ajuste a valor justo		(1)	(6)
Cotas de fundos de investimento em renda fixa		**1.261**	**398**
Reconhecimento de ganhos		1.261	398
Outras receitas		**120**	**25**
Reversão de provisão de exercícios anteriores		120	25
Demais despesas		**(4.204)**	**(4.088)**
Taxa de consultoria especializada	15.c	(3.123)	(3.358)
Taxa de gestão	15.b	(378)	(264)
Taxa de administração	15.a	(276)	(181)
Tarifas bancárias		(173)	(124)
Taxa de custódia	15.a	(106)	(75)
Despesas cartorárias		(42)	(27)
Taxa de fiscalização CVM		(38)	(26)
Taxa de distribuição		(24)	-
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão		(19)	(11)
Taxa ANBIMA		(16)	(8)
Despesas de auditoria		(9)	(8)
Despesas com honorários advocatícios		-	(6)
Resultado dos exercícios pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido		**22.236**	**13.811**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Real Time Padronizado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos

CNPJ: 17.198.452/0001-22

(Administrado pela Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – CNPJ: 03.317.692/0001-94)

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de julho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	Notas	31/07/2026	31/07/2025
Patrimônio líquido no início dos exercícios		**81.376**	**48.818**
Total de 26.749,129352 cotas seniores 3ª emissão a R$ 1.072,789253 cada uma		28.696	-
Total de 14.139,682580 cotas seniores 2ª emissão a R$ 1.176,971609 cada uma		16.642	-
Total de 36.370,938519 cotas seniores 1ª emissão a R$ 23,962387 cada uma		871	-
Total de 6.642,631756 cotas subordinadas mezanino a R$ 289,439115 cada uma		1.923	-
Total de 16.118,041089 cotas subordinadas juniores a R$ 2.062,529945 cada uma		33.244	-
Total de 7.983,106891 cotas seniores 2ª emissão a R$ 1.010,638843 cada uma		-	8.068
Total de 36.370,938519 cotas seniores 1ª emissão a R$ 221,051752 cada uma		-	8.040
Total de 6.642,631756 cotas subordinadas mezanino 1ª emissão a R$ 1.237,578558 cada uma		-	8.221
Total de 16.118,041089 cotas subordinadas juniores a R$ 1.519,389752 cada uma		-	24.489
cotas classificadas no patrimônio líquido		**22.236**	**13.811**
Cotas emitidas	**10.b**	**44.156**	**34.000**
15.851,180403 cotas seniores 5ª emissão		15.939	-
19.993,977177 cotas seniores 4ª emissão		20.546	-
3.305,360495 cotas subordinadas mezanino 1ª emissão		598	-
4.066,246272 cotas subordinadas mezanino 2ª emissão		4.084	-
2.987,235416 cotas subordinadas mezanino 3ª emissão		2.989	-
26.749,129352 cotas seniores 3ª emissão		-	27.500
6.156,575689 cotas seniores 2ª emissão		-	6.500
Cotas amortizadas	**10.c**	**(32.314)**	**(15.253)**
Cotas seniores 1ª emissão		(441)	(7.771)
Cotas seniores 2ª emissão		(8.650)	
Cotas seniores 3ª emissão		(18.688)	
Cotas subordinadas mezanino 1ª emissão		(2.006)	(7.066)
Cotas subordinadas juniores		(2.529)	(416)
Cotas resgatadas		**(10.046)**	**-**
14.139,682580 cotas seniores 2ª emissão		(8.975)	-
36.370,938519 cotas seniores 1ª emissão		(447)	-
9.947,992251 cotas subordinadas mezanino 1ª emissão		(624)	-
Variação decorrente da movimentação de cotas		**1.796**	**18.747**
Patrimônio líquido no final dos exercícios		**105.408**	**81.376**
Total de 15.851,180403 cotas seniores 5ª emissão a R$ 1.063,839521 cada uma		16.863	-
Total de 19.993,977177 cotas seniores 4ª emissão a R$ 1.149,531078 cada uma		22.984	-
Total de 26.749,129352 cotas seniores 3ª emissão a R$ 534,328748 cada uma		14.293	-
Total de 2.987,235415 cotas subordinadas mezanino 3ª emissão R$ 1.067,721502 cada uma		3.189	-
Total de 4.066,246272 cotas subordinadas mezanino 2ª emissão R$ 1.149,964248 cada uma		4.676	-
Total de 16.118,041089 cotas subordinadas juniores a R$ 2.692,827520 cada uma		43.403	-
Total de 26.749,129352 cotas seniores 3ª emissão a R$ 1.072,789253 cada uma		-	28.696
Total de 14.139,682580 cotas seniores 2ª emissão a R$ 1.176,971609 cada uma		-	16.642
Total de 36.370,938519 cotas seniores 1ª emissão a R$ 23,962387 cada uma		-	871
Total de 6.642,631756 cotas subordinadas mezanino 1ª emissão a R$ 289,439115 cada uma		-	1.923
Total de 16.118,04109 cotas subordinadas juniores a R$ 2.062,529945 cada uma		-	33.244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Real Time Padronizado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos

CNPJ: 17.198.452/0001-22

(Administrado pela Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 03.317.692/0001-94)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findo em 31 de julho de 2026 e 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/07/2026	31/07/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Compra de direitos creditórios	(746.218)	(460.260)
Venda de direitos creditórios	-	869
Recebimentos de direitos creditórios e juros	752.682	445.958
Compra de cotas de fundos de investimento	(2.321.231)	(858.999)
Venda de cotas de fundos de investimento	2.316.904	857.646
Venda de outros instrumentos financeiros	7	7
Pagamento da taxa de administração	(270)	(173)
Pagamento da taxa de gestão	(356)	(260)
Pagamento da taxa de custodia	(104)	(72)
Pagamento da auditoria	(8)	(8)
Pagamento da consultoria especializada	(2.960)	(3.197)
Demais pagamentos/recebimentos	(316)	(172)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(1.870)**	**(18.661)**
Cotas emitidas	44.156	34.000
Cotas amortizadas	(32.314)	(15.253)
Cotas resgatadas	(10.046)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**1.796**	**18.747**
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**(74)**	**86**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	**90**	**4**
Disponibilidades	90	4
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	**16**	**90**
Disponibilidades	16	90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira.

Real Time Padronizado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos
CNPJ: 17.198.452/0001-22

(Administrado pela Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 03.317.692/0001-94)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findo em 31 de julho de 2026 e 2025.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Real Time Padronizado Multisegmentos ("Fundo"), foi constituído em 15 de outubro de 2012 e iniciou suas atividades em 19 de setembro de 2023, sob a forma de condomínio de natureza especial em regime fechado, com prazo de duração indeterminado.

O Fundo, conforme atual disposição e vigência da Resolução CVM 175/2022, é considerado um Fundo de classe única de cotas ("Classe"), de modo que todas as referências à Classe nas demonstrações financeiras serão entendidas como referências ao Fundo e vice-versa.

O objetivo de investimento do Fundo é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de o de recursos, preponderantemente, nos direitos creditórios, observada a política de investimento do Fundo.

A meta do Fundo é atingir a rentabilidade para cada uma de suas subclasses de cotas conforme segue:

Subclasse de cotas	Data de encerramento da subclasse de cotas	*Benchmark*
Cotas seniores 5ª emissão	-	CDI ([1]) + 3,0% a.a.
Cotas seniores 4ª emissão	-	CDI ([1]) + 3,5% a.a.
Cotas seniores 3ª emissão	-	CDI ([1]) + 3,5% a.a.
Cotas seniores 2ª emissão	06 de janeiro 2026	CDI ([1]) + 3,5% a.a.
Cotas seniores 1ª emissão	22 de setembro de 2025	CDI ([1]) + 4,5% a.a.
Cotas subordinadas mezanino 3ª emissão	-	CDI ([1]) + 4,0% a.a.
Cotas subordinadas mezanino 2ª emissão	-	CDI ([1]) + 4,75% a.a.
Cotas subordinadas mezanino 1ª emissão	29 de dezembro de 2025	CDI ([1]) + 5,5% a.a.

Não há *benchmark* estabelecido para as cotas subordinadas juniores.

([1]) Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), divulgado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

O Fundo destina-se exclusivamente a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, nos termos da regulamentação vigente.

As cotas do Fundo estão sujeitas as oscilações positivas e negativas de acordo com os ativos integrantes de sua carteira, podendo levar inclusive a perdas patrimoniais para seus cotistas.

Os investimentos no Fundo não são garantidos pela administradora, gestora e qualquer mecanismo de seguro, ou pelo Fundo Garantidor de Crédito ("FGC"). Os cotistas estão expostos à possibilidade de perda do capital investido, em decorrência do perfil de investimentos do Fundo.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Resolução CVM 175/2022, Instrução CVM 489/2011 e pelas demais orientações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Na elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 29 de outubro de 2026.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

A moeda funcional do Fundo é o Real, a mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais.

b) Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa abrangem o saldo de caixa e instrumentos financeiros com vencimento original três meses ou menos, a partir da data de contratação, sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

d) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo Fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição acrescidos do custo de transação, quando na categoria de custo amortizado, e após reconhecimento pela curva ou valor justo, dependendo de sua classificação contábil.

e) Cotas de fundos de investimento

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo Fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição acrescidos do custo de transação, quando na categoria de custo amortizado, e após reconhecimento pela curva ou valor justo, dependendo de sua classificação contábil.

f) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

(ii) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração

de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação. Esta categoria está composta pelos títulos públicos federais, cotas de fundos de investimento, cédulas de crédito bancário ("CCB") e notas comerciais.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados utilizando o método da taxa efetiva de juros, apurada no início da operação. Esses ativos estão sujeitos a provisões para perdas sempre que houver evidência de redução do seu valor recuperável. Esta categoria está composta pelos demais direitos creditórios.

g) Direitos creditórios

Direitos creditórios - a vencer

Os direitos creditórios são registrados ao custo de aquisição, acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis.* A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

Direitos creditórios - vencidos

Os direitos creditórios vencidos encontram-se registrados pelos valores atualizados até a data dos respectivos vencimentos.

A apropriação dos rendimentos dos direitos creditórios vincendos é reconhecida no resultado, na rubrica "Apropriação de rendimentos". A partir da data de vencimento do direito creditório, não são mais apropriados juros remuneratórios. Os lucros ou prejuízos apurados nas negociações são registrados pela diferença entre o valor pago e o valor presente do título, e reconhecidos em "Resultado nas negociações", quando aplicável.

Os direitos creditórios podem ser classificados nos seguintes grupos:

i. **Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios –** nesse grupo são classificadas as operações em que o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente; e

ii. **Operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios –** nesse grupo são classificadas as operações em que o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da administradora sendo estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa futuro associado ao direito creditório objeto da operação.

h) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos

A provisão para perdas é constituída, com base nas orientações emanadas pela Instrução CVM489/2011, sempre que há evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo avaliados pelo custo ou custo amortizado. A perda por redução no valor de recuperação é mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas.

Provisão para perdas por redução no valor de recuperação - avaliação individual

Para direitos creditórios de um mesmo devedor, a perda é mensurada sobre todo o fluxo de caixa esperado desse devedor, levando em consideração a natureza da transação e as características das garantias, tais como suficiência e liquidez.

Provisão para perdas por redução no valor de recuperação - avaliação coletiva

A provisão para perdas por redução no valor de recuperação em base coletiva é mensurada em duas circunstâncias: (i) para cobrir as perdas incorridas, mas que ainda não foram identificadas em direitos creditórios sujeitos a avaliação individual; e (ii) para grupos homogêneos de direitos creditórios que não são considerados significativos.

A provisão para perdas por redução no valor recuperável em base coletiva é determinada levando em consideração: (i) a experiência de perdas nas

carteiras com características similares de risco de crédito; e (ii) o período estimado entre a ocorrência das evidências objetivas de redução ao valor recuperável e a identificação efetiva de perdas.

Adicionalmente a coobrigação dos cedentes para os títulos sem aquisição substancial de riscos e benefícios não garante a recompra dos direitos creditórios, sendo que eventuais inadimplências possuem reflexo no cálculo do provisionamento por perdas por redução no valor de recuperação, com impacto no resultado do Fundo.

i) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O Fundo adota, para fins de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico (CPC) 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

i. **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando o Fundo possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de evento passado, cuja liquidação deverá exigir saída provável de recursos econômicos, e para a qual seja possível obter uma estimativa confiável do valor envolvido. As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para refletir a melhor estimativa na data base. Caso deixem de existir as razões que justificaram seu reconhecimento, as provisões são revertidas contra o resultado;

ii. **Passivos contingentes:** Os passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que correspondem a possíveis obrigações que dependem de eventos futuros incertos, não totalmente sob controle do Fundo, ou a obrigações presentes que não atendem aos critérios de reconhecimento devido à baixa probabilidade de saída de recursos ou à impossibilidade de estimativa confiável do valor. Quando a saída de recursos for considerada possível, mas não provável, o Fundo divulga a natureza e circunstâncias das contingências, exceto nos casos em que a probabilidade seja remota; e

iii. **Ativos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, pois representam ganhos potenciais cuja realização depende de eventos futuros incertos. Quando a entrada de benefícios econômicos for considerada provável, sua natureza é divulgada em

notas explicativas. O reconhecimento como ativo ocorre somente quando a realização do ganho estiver confirmada.

4. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição da carteira

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está composto conforme a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa	31/07/2026	31/07/2025
Disponibilidades ([1])	16	90
Total	**16**	**90**

([1]) as disponibilidades estão representadas por depósitos bancários à vista.

5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários registrados na categoria de "Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado" estão assim classificados:

Em 31 de julho de 2026

Títulos e valores mobiliários	Vencimento	Valor da curva	Valor contábil
Títulos públicos federais			
Notas do Tesouro Nacional - Série B	Acima de 1 ano	3	99
Cotas de fundos de investimento			
Renda fixa (i)	Sem vencimento	7.597	7.597
Total		**7.600**	**7.696**

Em 31 de julho de 2025

Títulos e valores mobiliários	Vencimento	Valor da curva	Valor contábil
Títulos públicos federais			
Notas do Tesouro Nacional - Série B	Acima de 1 ano	3	100
Cotas de fundos de investimento			
Renda fixa (i)	Sem vencimento	2.009	2.009
Total		**2.012**	**2.109**

(i) O Fundo possui aproximadamente 7,21% (2025 – 2,47%) do seu patrimônio líquido representado por aplicações em cotas de fundo em renda fixa do **Petra Liquidez Fundo de Investimento Referenciado DI LP** – CNPJ: 17.000.151/0001-42, administrado pelo Banco Finaxis S.A., constituído em 28 de fevereiro de 2013 e iniciou suas atividades em 03 de novembro de 2014, sob a forma de condomínio de natureza especial em regime aberto, com prazo de duração indeterminado. O fundo, conforme atual disposição e vigência da Resolução CVM 175/2022, é considerado um fundo de classe única de cotas. O objetivo de investimento do fundo é buscar rentabilidade que acompanhe 100% da variação do verificada pelo CDI, no médio e longo prazo, calculado e divulgado pela B3. As demonstrações financeiras de 31 de março de 2026 foram emitidas em 14 de maio de 2026, sem modificação de opinião.

b) Movimentação dos títulos e valores mobiliários

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é substancialmente composta por:

	31/07/2026	31/07/2025
Saldo no início dos exercícios	**2.109**	**364**
(+) Aquisições	2.321.231	858.999
(-) Resgates	(2.316.911)	(857.653)
(+) Rendimentos	1.267	399
Saldo no final dos exercícios	**7.696**	**2.109**

6. Direitos creditórios

a) Característica dos direitos creditórios

A carteira de direitos creditórios do Fundo é expressa em moeda nacional, os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão representados por cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"), cédulas de crédito bancário (CCB), notas comerciais, cheques notas fiscais eletrônicas (NF-e), notas fiscais eletrônicas de serviços (NFS-e), conhecimentos de transporte eletrônico (CT-e), contratos de locação e contratos mercantis de compra e venda de produtos e/ou mercadorias performados e/ou para entrega ou prestação futura, bem como títulos ou certificados representativos desses contratos, decorrentes de operações nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e/ou de prestação de serviços.

b) Composição dos direitos creditórios

Em 31 de julho de 2026

Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios

				Vencimentos					
A vencer	Valor contábil	Valor nominal	Provisão	0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 361
Cheques	10	10	-	10	-	-	-	-	-
Notas comerciais	3.350	3.350	(902)	56	6	21	2.043	90	1.134
Notas fiscais	6.089	6.199	(49)	4.213	1.491	316	55	14	-
Total	**9.449**	**9.559**	**(951)**	**4.279**	**1.497**	**337**	**2.098**	**104**	**1.134**

				Vencimentos					
Vencidos	Valor contábil	Valor nominal	Provisão	0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 361
Cédulas de crédito bancário	44	44	(44)	-	-	-	-	-	44
Cheques	10	10	-	10	-	-	-	-	-
Notas comerciais	17	17	(17)	17	-	-	-	-	-
Notas fiscais	5.157	5.158	(5.145)	4	5	14	84	3.058	1.992
Total	**5.228**	**5.229**	**(5.206)**	**31**	**5**	**14**	**84**	**3.058**	**2.036**

Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

				Vencimentos					
A vencer	Valor contábil	Valor nominal	Provisão	0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 361
Cheques	501	548	(1)	153	43	93	130	82	-
Conhecimentos de transporte	36	36	-	36	-	-	-	-	-
Notas fiscais	85.025	87.718	(210)	54.555	11.287	15.122	2.571	857	633
Total	**85.562**	**88.302**	**(211)**	**54.744**	**11.330**	**15.215**	**2.701**	**939**	**633**

				Vencimentos					
Vencidos	Valor contábil	Valor nominal	Provisão	0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 361
Cheques	116	116	(34)	83	-	-	-	-	33
Conhecimentos de transporte	193	193	(58)	136	-	-	-	-	57
Notas fiscais	10.778	10.778	(7.121)	3.359	158	346	510	1.476	4.929
Total	**11.087**	**11.087**	**(7.213)**	**3.578**	**158**	**346**	**510**	**1.476**	**5.019**

Em 31 de julho de 2025

Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios

				Vencimentos					
A vencer	Valor contábil	Valor nominal	Provisão	0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 361
Cédulas de crédito bancário	534	534	(168)	91	67	96	214	66	-
Notas fiscais	3.946	4.025	(15)	3.168	570	208	-	-	-
Total	**4.480**	**4.559**	**(183)**	**3.259**	**647**	**304**	**214**	**66**	**-**

				Vencimentos					
Vencidos	Valor contábil	Valor nominal	Provisão	0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 361
Cédulas de crédito bancário	223	223	(101)	96	-	83	-	44	-
Notas fiscais	2.650	2.650	(2.283)	365	-	-	179	114	1.992
Total	**2.873**	**2.873**	**(2.384)**	**461**	**-**	**83**	**179**	**158**	**1.992**

Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

				Vencimentos					
A vencer	Valor contábil	Valor nominal	Provisão	0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 361
Notas fiscais	70.824	72.141	(275)	45.393	10.713	11.146	3.548	24	-
Total	**70.824**	**72.141**	**(275)**	**45.393**	**10.713**	**11.146**	**3.548**	**24**	**-**

				Vencimentos					
Vencidos	Valor contábil	Valor nominal	Provisão	0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 361
Cheques	33	33	(33)	-	-	-	-	-	33
Conhecimentos de transporte	117	117	(117)	-	-	-	-	-	117
Notas fiscais	9.527	9.527	(5.330)	3.683	370	513	259	518	4.184
Total	**9.677**	**9.677**	**(5.480)**	**3.683**	**370**	**513**	**259**	**518**	**4.334**

A concentração dos maiores cedentes está assim representada:

Em 31 de julho de 2026

Cedentes	Quantidade sacados	Vencidos	A vencer	Total	Provisão	% sobre o total de direitos creditórios
Cedente 1	453	195	10.701	10.896	(1)	9,79
Cedente 2	24	228	7.630	7.858	(187)	7,06
Cedente 3	24	-	4.045	4.045	-	3,63
Cedente 4	145	375	3.228	3.603	(212)	3,23
Cedente 5	5	31	3.227	3.258	(15)	2,93
Demais 187	2.798	15.486	66.180	81.666	(13.166)	73,36
Total	**3.449**	**16.315**	**95.011**	**111.326**	**(13.581)**	**100,00**

Em 31 de julho de 2025

Cedentes	Quantidade sacados	Vencidos	A vencer	Total	Provisão	% sobre o total de direitos creditórios
Cedente 1	13	1.037	5.017	6.054	(122)	6,89
Cedente 2	261	23	5.069	5.092	(27)	5,79
Cedente 3	52	-	4.082	4.082	-	4,65
Cedente 4	12	-	2.632	2.632	-	3,00
Cedente 5	12	274	2.121	2.395	(190)	2,73
Demais 134	2.904	11.216	56.383	67.599	(7.983)	76,94
Total	**3.254**	**12.550**	**75.304**	**87.854**	**(8.322)**	**100,00**

(i) As taxas praticadas nas operações variam de acordo com o prazo de vencimento dos direitos creditórios, podendo variar indeterminadamente.

c) Valores a receber

O saldo na rubrica "Direitos creditórios a liquidar" de R$ 1.516 (2025 - R$ 993), apresentado no ativo, refere-se a direitos creditórios liquidados pelos sacados na data base, cujo recebimento por parte do Fundo ocorre no primeiro dia útil subsequente.

d) Critérios de elegibilidade e condições de cessão

Todo e qualquer direito creditório a ser adquirido pelo Fundo deverá atender, cumulativamente, na data da respectiva cessão, aos seguintes critérios de elegibilidade e condições de cessão:

Critérios de elegibilidade

i. Sejam representados em moeda corrente nacional;
ii. Não estejam vencidos, no momento de sua cessão para o Fundo;
iii. A concentração de direitos creditórios cedidos pelos 5 cedentes com maior volume de direitos creditórios cedidos ao Fundo deverá representar, em conjunto, levando em consideração o valor nominal, até 45% do patrimônio líquido do Fundo;
iv. A concentração de direitos creditórios cedidos pelo cedente com maior volume de direitos creditórios cedidos ao fundo deverá, levando em consideração o valor nominal, representar até 15% do patrimônio líquido do Fundo;
v. A concentração de direitos creditórios devidos pelos 5 devedores com maior volume de direitos creditórios devidos ao Fundo deverá representar, em conjunto, levando em consideração o valor nominal, até 17% do patrimônio líquido do Fundo;
vi. A concentração de direitos creditórios devidos pelo devedor com maior volume de direitos creditórios devidos ao Fundo deverá, levando em consideração o valor nominal, representar até 7% do patrimônio líquido do Fundo; e
vii. Até 35% do patrimônio líquido do Fundo poderá ser composto por direitos creditórios cedidos por empresas em recuperação extrajudicial ou judicial.

Condições de cessão

i. Até 10% do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por cheques;
ii. Até 30% do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por CCB e nota comercial em conjunto, limitado a R$ 4.000 por devedor da CCB e/ou da nota comercial, para as novas aquisições;
iii. O prazo de vencimento dos direitos creditórios representados por CCB e/ou nota comercial deverá ser de, no máximo, 40 meses;
iv. No mínimo, 80% da carteira de direitos creditórios do Fundo, considerando apenas CCBs e/ou notas comerciais, deverá contar com garantia real constituída por meio de alienação fiduciária de bens imóveis; e
v. Os direitos creditórios devem ser de devedores que, na data da aquisição, não apresentem qualquer valor em atraso com o Fundo há mais de 15 dias, sendo que o Fundo poderá adquirir direitos creditórios de devedores vencidos há mais de 15 dias, desde que o direito creditório vencido não seja originado pelo mesmo cedente.

A Assembleia Geral Extraordinária de Cotista realizada em 07 de abril de 2026, deliberou sobre a alteração das condições de cessão, que até 08 de abril de 2026 era:

i. Até 15% o patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por cheques;
ii. Até 30% do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por CCBs, limitado a R$ 3.000 por devedor da CCB, para as novas aquisições; e
iii. Os direitos creditórios devem ser de devedores que, na data da aquisição e
iv. pagamento, não apresentem qualquer valor em atraso com o fundo há mais de 15 dias, sendo que o Fundo poderá adquirir direitos creditórios de devedores vencidos há mais de 15 dias, desde que o direito creditório vencido não seja originado pelo mesmo cedente.

e) Direitos creditórios recebidos a identificar

O saldo na rubrica "Direitos creditórios recebidos a identificar" de R$ 1.012 (2025 – R$ 865), apresentado no passivo, corresponde a direitos creditórios liquidados pelos sacados e ao envio de recursos ao Fundo para recompra de direitos creditórios, que estão pendentes de conciliação pela administração.

f) Garantias

Em decorrência das garantias reais ou fidejussórias atreladas aos direitos creditórios, outros ativos poderão passar a integrar a carteira do Fundo em razão da execução das garantias existentes. Em 31 de julho de 2026 o valor total das garantias vinculadas aos direitos creditórios é de R$ 13.861 (2025 – R$ 1.129).

g) Movimentação dos direitos creditórios

A movimentação dos direitos creditórios ocorrida é substancialmente composta por:

	31/07/2026	31/07/2025
Saldo no início dos exercícios	**87.854**	**56.201**
(+) Aquisições	746.218	460.260
(-) Liquidações, recompras	(752.682)	(446.827)
(+) Rendimentos	26.860	16.352

(+) Resultado nas negociações	3.452	1.825
(-) Liquidação a receber	(523)	(46)
(+) Direitos creditórios recebidos a identificar	147	89
Saldo no final dos exercícios	**111.326**	**87.854**

Resultado nas negociações com direitos creditórios

O saldo da rubrica "resultado nas negociações" é substancialmente composto por:

	31/07/2026	31/07/2025
Resultado de recompras e substituições (i)	840	403
Juros pagos pelos sacados pelos atrasos na liquidação dos direitos creditórios	2.947	1.858
Descontos, na antecipação do pagamento dos direitos creditórios	(335)	(436)
Total	**3.452**	**1.825**

i. Os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo podem ser recomprados e/ou substituídos pelos cedentes, em caso de inadimplência dos sacados.

	Valor de aquisição	Valor presente	Valor pago	Resultado
Exercício findo em 31 de julho de 2026	112.907	91.460	92.300	840
Exercício findo em 31 de julho de 2025	130.162	114.399	114.802	403

ii. O Fundo realizou venda de direitos creditórios conforme demonstrado abaixo:

	Valor de aquisição	Valor presente	Valor pago	Resultado
Exercício findo em 31 de julho de 2026	-	-	-	-
Exercício findo em 31 de julho de 2025	1.500	869	869	-

h) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos

A metodologia de provisão para perdas no valor de recuperação dos ativos utilizada pelo administrador é feita em duas fases: i) Provisão por perda esperada; e ii) Provisão por faixa de atraso, e baseada nos seguintes fatores:

i. Provisão por perda esperada: aplica-se aos títulos a vencer e vencidos. Consiste em classificar as carteiras de direitos creditórios, agrupadas por cedente, definindo um rating para estas carteiras, considerando dois critérios:

a) Histórico de inadimplência, obtido através da análise histórica dos recebíveis do cedente (base interna);
b) Análise de variáveis de mercado oriundo da análise das informações restritivas dos cedentes ou sacados, tendo como fonte de dados, a Serasa Experian (base externa).

Excepcionalmente, a análise pode ocorrer no nível sacado, quando este se fizer necessário a partir da avaliação da composição da carteira do Fundo.

A provisão para perdas é apropriada diariamente a partir da data de entrada (exclusive) até a data de vencimento (inclusive) do título de forma pro rata. O ativo em contrapartida é valorizado pela sua curva de juros da operação o que determina o ajuste diário da provisão até o vencimento. O percentual de provisão é aplicado ao valor presente do título e o cálculo do provisionamento pode ocorrer com o percentual cheio ou considerando uma curva de apropriação na qual o valor da provisão será cheio na data de vencimento do título. O rating define o percentual do valor contábil que será provisionado para a carteira de direitos creditórios, conforme demonstrado a seguir:

Rating	Classificação de risco	% de perda esperada
NA	Muito baixo	-
NB	Baixo	1,50
NC	Médio	3,00
ND	Alto	15,00
NE	Muito alto	30,00

ii. Provisão por faixa de atraso: aplica-se aos títulos vencidos e é calculada a partir da data de vencimento do título, respeitando a faixa de dias em atraso inicial e final do provisionamento.

A provisão padrão por faixa de atraso inicia-se no 16º dia de vencido (inclusive) e é provisionada durante 105 dias, 1/105 do valor de face do título (*pro rata*), descontado o percentual já provisionado referente ao rating atribuído ao cedente ou ao sacado, de tal forma que no 120º dia de atraso o título terá atingido 100% de provisão para perdas.

A carteira de direitos creditórios e a provisão por redução no valor de recuperação de ativos estão assim apresentadas:

Em 31 de julho de 2026

Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios

		Vencimentos					
	Valor contábil	0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 361
Direitos creditórios a vencer	9.449	4.279	1.497	337	2.098	104	1.134
Direitos creditórios vencidos	5.228	31	5	14	84	3.058	2.036
Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos	**(6.157)**	**(77)**	**(6)**	**(42)**	**(130)**	**(3.152)**	**(2.750)**

Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

		Vencimentos					
	Valor contábil	0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 361
Direitos creditórios a vencer	85.562	54.744	11.330	15.215	2.701	939	633
Direitos creditórios vencidos	11.087	3.578	158	346	510	1.476	5.019
Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos	**(7.424)**	**(171)**	**(61)**	**(225)**	**(467)**	**(1.479)**	**(5.021)**

Em 31 de julho de 2025

Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios

	Valor contábil	Vencimentos					
		0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 361
Direitos creditórios a vencer	4.480	3.259	637	304	214	66	-
Direitos creditórios vencidos	2.873	461	-	83	179	158	1.992
Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos	**(2.567)**	**(71)**	**(25)**	**(53)**	**(245)**	**(181)**	**(1.992)**

Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

	Valor contábil	Vencimentos					
		0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 361
Direitos creditórios a vencer	70.824	45.393	10.713	11.146	3.548	24	-
Direitos creditórios vencidos	9.677	3.683	370	513	259	518	4.334
Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos	**(5.775)**	**(349)**	**(106)**	**(228)**	**(220)**	**(518)**	**(4.334)**

Movimentação da provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos:

	31/07/2026	31/07/2025
Saldo no início dos exercícios	**(8.322)**	**(7.620)**
Baixas/reversão na provisão por liquidação de ativos	9.925	4.099
Constituição de provisão	(15.184)	(4.801)
Saldo no final dos exercícios	**(13.581)**	**(8.322)**

7. Gerenciamento de riscos

a) Tipos de risco

Pagamento condicionado das cotas: As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização e o resgate das cotas decorrem do pagamento dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo. Portanto, os cotistas somente receberão recursos, a título de amortização ou de resgate das cotas, se os resultados e o patrimônio do Fundo assim permitirem. Após o recebimento dos recursos decorrentes do pagamento dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros que integram a carteira do Fundo e, se for o caso, depois de esgotados os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial ou judicial dos referidos ativos, o Fundo poderá não dispor de outros recursos para efetuar o pagamento da amortização ou do resgate das cotas aos cotistas.

Descasamento de taxas – rentabilidade dos ativos inferior ao índice referencial: Os direitos creditórios cedidos e os ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo podem apresentar taxas prefixadas ou pós-fixadas. Assim, é possível que ocorra o descasamento entre as taxas de retorno dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo e o índice referencial de uma ou mais séries de cotas seniores ou de cotas mezanino. Uma vez que o pagamento da amortização e do resgate das cotas decorre do pagamento dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade da meta de valorização de uma ou mais séries de cotas seniores ou de cotas mezanino. Nessa hipótese, os cotistas poderão ter a remuneração das suas cotas afetada negativamente. O Fundo, os prestadores de serviços essenciais e os demais prestadores de serviços não prometem ou asseguram qualquer rentabilidade aos cotistas.

Ausência de garantia das cotas: As aplicações realizadas nas cotas não contam com garantia dos prestadores de serviços essenciais, dos demais prestadores de serviços, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC. Os prestadores de serviços essenciais e os demais prestadores de serviços não prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade em razão da aplicação nas cotas. Os recursos para o pagamento da amortização e do resgate das cotas decorrerão exclusivamente dos resultados e do patrimônio do Fundo, o qual está sujeito a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

Risco de crédito dos devedores e dos eventuais coobrigados: Os prestadores de serviços essenciais e os demais prestadores de serviços não serão responsáveis pelo pagamento dos direitos creditórios cedidos ou pela solvência dos devedores. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das cotas na medida em que os recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos forem pagos pelos respectivos devedores ou pelos eventuais coobrigados. Caso, por qualquer motivo, os devedores e os eventuais coobrigados não efetuem o pagamento dos direitos creditórios cedidos, será necessária a adoção de medidas extrajudiciais e judiciais para a recuperação dos direitos creditórios cedidos inadimplidos. Não há garantia de que tais medidas serão bem-sucedidas, podendo haver perdas patrimoniais para o Fundo e os cotistas.

Insuficiência ou ausência de garantia dos direitos creditórios cedidos: Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo poderão contar com garantias reais ou fidejussórias, prestadas pelos respectivos devedores ou por terceiros. Havendo o inadimplemento dos direitos creditórios cedidos, os devedores e os eventuais terceiros garantidores serão executados extrajudicial ou judicialmente. É possível, entre outros, que:(a) o objeto da garantia não seja encontrado ou tenha perecido;(b) o Fundo não consiga alienar os bens e direitos decorrentes da excussão da garantia, tal alienação demore para ocorrer ou o valor obtido com a execução da garantia seja insuficiente para o pagamento dos direitos creditórios cedidos inadimplidos; ou (c) a excussão da garantia seja morosa ou o Fundo não consiga executá-la. Em qualquer caso, os resultados e o patrimônio do Fundo poderão ser afetados negativamente. Ademais, o Fundo poderá adquirir direitos creditórios que não contem com qualquer garantia, real ou fidejussória.

Possibilidade de ausência de coobrigação dos cedentes: Os direitos creditórios poderão ser adquiridos pelo Fundo sem coobrigação dos respectivos cedentes ou de terceiros. Assim, na hipótese de inadimplemento dos direitos creditórios cedidos, os resultados e o patrimônio do Fundo poderão ser impactados negativamente.

Não performance dos direitos creditórios: É permitido ao Fundo adquirir direitos creditórios não performados, ou seja, direitos creditórios cuja exigibilidade ainda dependa de contraprestação pelos respectivos cedentes. Fatos que afetem o cumprimento da contraprestação pelos respectivos cedentes poderão prejudicar a exigibilidade dos direitos creditórios cedidos, afetando negativamente o patrimônio do Fundo.
Risco de crédito dos emissores ou contrapartes dos ativos financeiros de liquidez: A parcela do patrimônio líquido não aplicada nos direitos creditórios pode ser aplicada em ativos financeiros de liquidez. Os ativos financeiros de liquidez poderão vir a não ser honrados pelos respectivos emissores ou contrapartes, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, afetando negativamente a rentabilidade das cotas.

Cobrança extrajudicial ou judicial: No caso de inadimplemento dos direitos creditórios cedidos ou dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo, não há garantia de que a cobrança extrajudicial ou judicial dos valores devidos atingirá os resultados almejados, o que poderá implicar perdas patrimoniais para o Fundo e os cotistas. Ainda, todos os custos incorridos para a cobrança extrajudicial ou judicial dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo serão de inteira responsabilidade do Fundo e, consequentemente, dos cotistas, não estando os prestadores de serviços essenciais e os demais prestadores de serviços, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pelo pagamento de tais custos. Os prestadores de serviços essenciais e os demais prestadores de serviços não serão responsáveis por qualquer perda ou dano sofrido pelo Fundo ou pelos cotistas em decorrência da não propositura (ou do não prosseguimento), pelo Fundo, das medidas extrajudiciais ou judiciais necessárias à cobrança extrajudicial ou judicial dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo.

Patrimônio líquido negativo: As aplicações do Fundo estão, por sua natureza, sujeitas a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, não havendo garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e os cotistas. As estratégias de investimento do Fundo poderão fazer com que o patrimônio líquido seja negativo, hipótese em que, sendo a responsabilidade dos cotistas ilimitada, os cotistas serão obrigados a realizar aportes adicionais de recursos.

Inexistência de mercado secundário para a negociação dos direitos creditórios: Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para a negociação

dos direitos creditórios. Portanto, caso, por qualquer motivo, seja necessária a alienação dos direitos creditórios cedidos, poderá não haver compradores ou o preço de venda poderá causar perdas patrimoniais para o Fundo e os cotistas.

Fundo fechado e mercado secundário: O Fundo é constituído em regime fechado, de modo que as cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração da respectiva subclasse ou série ou, ainda, em caso de liquidação do Fundo. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento e, principalmente, de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios apresenta baixa liquidez, dificultando a sua alienação ou ocasionando a obtenção de um preço de venda que cause perdas patrimoniais para os cotistas. Não há garantia dos prestadores de serviços essenciais e dos demais prestadores de serviços quanto à possibilidade de alienação das cotas no mercado secundário ou ao seu preço de venda.

Falhas operacionais: A aquisição, a liquidação e a cobrança dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez dependem da atuação conjunta e coordenada dos prestadores de serviços essenciais, dos demais prestadores de serviços e de eventuais terceiros. O Fundo poderá sofrer perdas patrimoniais caso os procedimentos operacionais descritos no regulamento e nos demais documentos relacionados ao Fundo venham a sofrer falhas técnicas ou sejam comprometidos pela necessidade de substituição de qualquer dos prestadores de serviços contratados.

Troca de informações: Dada a complexidade operacional própria das operações do Fundo, não há garantia de que as trocas de informações entre os prestadores de serviços essenciais, os demais prestadores de serviços e eventuais terceiros ocorrerão livre de erros. Caso tal risco venha a se materializar, o funcionamento regular do Fundo será afetado adversamente, prejudicando os resultados e o patrimônio do Fundo.

Interrupção da prestação de serviços: O funcionamento do Fundo depende da atuação conjunta e coordenada dos prestadores de serviços essenciais e dos demais prestadores de serviços. Qualquer interrupção na prestação dos serviços pelos prestadores de serviços essenciais ou pelos demais prestadores de serviços, inclusive em razão da sua substituição, poderá prejudicar o regular funcionamento do Fundo. Ademais, caso qualquer dos prestadores de serviços essenciais ou dos demais prestadores de serviços seja substituído, poderá haver um aumento dos custos do Fundo com a contratação de um novo prestador de serviços.

Documentos comprobatórios – verificação por amostragem: Tendo em vista a diversificação dos devedores e a quantidade e o valor médio dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, a gestora ou o prestador de serviços por ela subcontratado realizará a verificação do lastro dos direitos creditórios cedidos por amostragem. Considerando que tal verificação é realizada a partir de uma amostra dos direitos creditórios cedidos, a carteira do Fundo poderá conter direitos creditórios cedidos cujos documentos comprobatórios apresentem irregularidades, obstando o pleno exercício pelo Fundo dos direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos referidos direitos creditórios.

Guarda dos documentos comprobatórios: A administradora ou o custodiante, conforme o caso, realizará a guarda física ou eletrônica dos documentos comprobatórios dos direitos creditórios cedidos, podendo subcontratar prestadores de serviços. A subcontratação da guarda dos documentos comprobatórios pela administradora ou pelo custodiante, conforme o caso, poderá dificultar a verificação da constituição e da performance dos direitos creditórios cedidos, caso venha a ser necessária, inclusive no âmbito da cobrança extrajudicial ou judicial dos direitos creditórios cedidos inadimplidos.

Insuficiência dos critérios de elegibilidade e das condições de cessão: A verificação dos critérios de elegibilidade e das condições de cessão não constitui garantia do pagamento dos direitos creditórios cedidos. Os recursos para o pagamento da amortização e do resgate das cotas decorrerão exclusivamente dos resultados e do patrimônio do Fundo, o qual está sujeito a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

Liquidação do Fundo: Existem eventos que podem ensejar a liquidação do Fundo, conforme previsto no regulamento. Assim, há a possibilidade de os cotistas receberem os valores investidos de forma antecipada, frustrando a sua expectativa inicial, sendo que os cotistas poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma rentabilidade, até então, proporcionada pelo Fundo. Ademais, ocorrendo a liquidação do Fundo, poderá não haver recursos imediatos suficientes para o pagamento do resgate das cotas aos cotistas (por exemplo, em razão de o pagamento dos ativos integrantes da carteira do Fundo ainda não ser exigível). Nesse caso, o pagamento da amortização e do resgate das cotas ficaria condicionado: (a) ao vencimento ou ao resgate dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo;(b) à alienação dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez a terceiros, podendo o preço de venda causar perdas patrimoniais para o Fundo e os cotistas; ou(c) ao resgate das cotas mediante a dação em pagamento dos

direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo.

Dação em pagamento de ativos: Ocorrendo a liquidação do Fundo, as cotas poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo. Os cotistas poderão encontrar dificuldades para negociar ou cobrar os direitos creditórios cedidos e os ativos financeiros de liquidez recebidos.

Observância da alocação mínima: Não há garantia de que o Fundo encontrará direitos creditórios suficientes que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão para fazer frente à alocação mínima. A continuidade do Fundo depende da manutenção dos fluxos de originação e de aquisição dos direitos creditórios.

Observância da alocação mínima tributária: Não há garantia de que o Fundo encontrará direitos creditórios suficientes que atendam aos critérios de elegibilidade para fazer frente à alocação mínima tributária. Caso, por qualquer motivo, a alocação mínima tributária e as condições para classificação como entidade de investimento não sejam possíveis de serem observadas pela gestora, de acordo com as normas do CMN e da CVM, não será possível assegurar a aplicação do regime específico de Fundos não sujeitos à tributação periódica. Isso significa que o Fundo e a classe única estarão sujeitos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de 15% quando o Fundo for enquadrado como longo prazo ou 20% quando o Fundo for enquadrado como curto prazo, no último dia útil de maio e novembro de cada ano. Além disso, no momento da distribuição de rendimentos, amortização ou resgate de cotas, deverá ser recolhida alíquota complementar (diferença entre a alíquota do come-cotas e a alíquota efetiva da tabela regressiva no tempo, de 22,5% e 15%).

Originação dos direitos creditórios: A continuidade do Fundo está condicionada à originação e ao interesse dos cedentes em ceder direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão. Na hipótese de, por qualquer motivo (incluindo, mas não se limitando à interrupção das atividades dos cedentes), não existirem direitos creditórios elegíveis para aquisição pelo Fundo, a alocação mínima poderá ser desenquadrada.

Atividade dos cedentes: As atividades dos cedentes que resultam na originação dos direitos creditórios poderão ser afetadas por diversos fatores, inclusive condições de mercado, efeitos da política econômica do Governo Federal, mudanças legislativas ou regulatórias, concorrência e riscos

operacionais. Ainda, é possível que os critérios adotados pelos cedentes para a concessão de crédito aos devedores e a originação dos direitos creditórios sejam alterados, por decisão dos próprios cedentes ou não, o que poderá impactar a originação de direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão. Caso, por qualquer motivo, os cedentes deixem de originar e ceder os direitos creditórios ao Fundo, a continuidade do Fundo será prejudicada. Adicionalmente, os cedentes poderão descumprir as suas obrigações assumidas nos respectivos contratos de cessão, afetando o regular funcionamento do Fundo.

Vícios questionáveis: As operações que originam os direitos creditórios cedidos, bem como os respectivos documentos comprobatórios, poderão apresentar vícios questionáveis juridicamente ou, ainda, irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderá ser necessária uma decisão judicial para o pagamento dos direitos creditórios cedidos pelos devedores, sendo possível que seja proferida uma decisão judicial desfavorável ao Fundo. Em qualquer caso, o Fundo sofrerá prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento dos recursos.

Risco relacionado aos documentos comprobatórios que não sejam títulos executivos extrajudiciais: Caso os documentos comprobatórios não sejam títulos executivos extrajudiciais, a cobrança judicial dos respectivos direitos creditórios cedidos não se beneficiará da celeridade de um processo de execução. A cobrança dos direitos creditórios cedidos por meio de ação de conhecimento poderá ser mais demorada, uma vez que tal cobrança impõe ao credor a necessidade de se obter uma sentença transitada em julgado, reconhecendo a obrigação de pagamento do devedor, para que, então, a referida sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do tribunal em que a cobrança seja processada, pode demorar de 4 a 5 anos, em média. Adicionalmente, para a instrução da ação de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações que não são inicialmente disponibilizados ao Fundo e, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança dos direitos creditórios cedidos. Assim, o Fundo poderá permanecer um longo tempo sem receber os recursos referentes aos direitos creditórios cedidos que sejam discutidos judicialmente, em prejuízo do Fundo e da rentabilidade do investimento realizado pelos cotistas.

Questionamento da validade e da eficácia da cessão: A validade e a eficácia da cessão dos direitos creditórios ao Fundo poderão ser questionadas, inclusive em decorrência de insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou outro procedimento de natureza similar dos respectivos cedentes.

Ademais, a cessão dos direitos creditórios ao Fundo poderá vir a ser questionada caso:(a) haja garantias reais sobre os direitos creditórios, constituídas antes da sua cessão e sem o conhecimento do Fundo;(b) ocorra a penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os direitos creditórios, antes da sua cessão e sem o conhecimento do Fundo; (c) seja verificada, em processo judicial, fraude contra credores ou fraude à execução praticada pelos cedentes; ou(d) a cessão dos direitos creditórios seja revogada, quando restar comprovado que a mesma foi praticada com a intenção de prejudicar os credores dos cedentes. Em qualquer hipótese, os direitos creditórios cedidos poderão ser bloqueados ou redirecionados para o pagamento de outras obrigações dos respectivos cedentes, afetando negativamente o patrimônio líquido e a rentabilidade das cotas.

Ausência de registro dos contratos de cessão e dos termos de cessão: Os contratos de cessão e os termos de cessão não serão registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes. O registro da operação de cessão de crédito tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que, caso um cedente realize uma nova operação de cessão do mesmo crédito a terceiro, a operação previamente registrada prevaleça. A ausência de registro poderá representar um risco ao Fundo em relação aos direitos creditórios cedidos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo respectivo cedente a mais de um cessionário. Os prestadores de serviços essenciais e os demais prestadores de serviços não se responsabilizam pelos prejuízos sofridos pelo Fundo em razão da ausência de registro dos contratos de cessão e dos termos de cessão.

Risco de fungibilidade – Intervenção ou liquidação de instituição: Os recursos decorrentes do pagamento dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo serão recebidos:(a) na conta de titularidade do Fundo; ou (b) em uma conta vinculada. No caso de decretação de regime de administração especial temporária (RAET), intervenção, liquidação extrajudicial, insolvência ou falência da instituição na qual seja mantida qualquer dessas contas, os recursos nela depositados poderão ser bloqueados e não vir a ser recuperados, afetando negativamente o patrimônio do Fundo.

Risco de fungibilidade – bloqueio da conta vinculada por motivo relacionado ao cedente: Os recursos decorrentes do pagamento dos direitos creditórios cedidos poderão ser recebidos em uma conta vinculada. Os recursos depositados na conta vinculada ou na conta de livre movimentação de

titularidade do cedente poderão vir a ser alcançados por obrigações do respectivo cedente, inclusive em decorrência de insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou outro procedimento de natureza similar, afetando negativamente o patrimônio do Fundo.

Pagamento dos direitos creditórios ao cedente: Na hipótese de, por qualquer motivo, os recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos serem pagos ao cedente, o cedente deverá transferir tais recursos para a conta de titularidade do Fundo. Não há garantia de que o cedente cumprirá a sua obrigação de transferir os recursos recebidos para a conta de titularidade do Fundo. A rentabilidade do Fundo será afetada negativamente em caso de descumprimento do cedente.

Ausência de notificação dos devedores: Os devedores não serão notificados da cessão dos direitos creditórios ao Fundo. Nos termos do artigo 290 do Código Civil, a cessão dos direitos creditórios não terá eficácia em relação aos devedores se não for a eles notificada. Assim, é possível que os devedores não efetuem o pagamento dos direitos creditórios cedidos ao Fundo, ou o façam diretamente aos respectivos cedentes, hipótese em que o Fundo e os cotistas poderão sofrer prejuízos.

Risco de conciliação: Os direitos creditórios poderão ser pagos de outras formas que não por meio de boleto bancário, incluindo Transferência Eletrônica Disponível ("TED") ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). Atrasos na conciliação dos recursos pagos, em razão de dificuldades na sua identificação, poderão afetar negativamente o patrimônio líquido, causando prejuízos ao Fundo e aos cotistas.

Pré-pagamento dos direitos creditórios cedidos: Os devedores poderão pagar os direitos creditórios cedidos de forma antecipada. O pagamento antecipado poderá implicar o recebimento de um valor inferior ao originalmente previsto pelo Fundo, em razão de eventual redução dos juros que seriam cobrados ou, então, de desconto concedido em razão do pré-pagamento. O Fundo poderá não conseguir reinvestir os recursos recebidos nas mesmas condições, resultando na redução da sua rentabilidade.

Risco de concentração: O risco da aplicação no Fundo tem relação direta com a concentração da sua carteira em direitos creditórios cedidos por um mesmo cedente ou por cedentes integrantes do mesmo grupo econômico, bem como devidos por um mesmo devedor ou por devedores integrantes do mesmo grupo econômico. Quanto maior for essa concentração, maior será a chance de o

Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das cotas.

Ausência de propriedade direta dos ativos: Os direitos dos cotistas serão exercidos sobre todos os ativos da carteira do Fundo de modo não individualizado, proporcionalmente à quantidade de cotas detidas por cada um. Portanto, os cotistas não terão qualquer direito de propriedade direta sobre os direitos creditórios cedidos e os ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo.

Ausência de classificação de risco das cotas: As cotas não contam com classificação de risco atribuída por agência classificadora de risco registrada na CVM. A ausência de classificação de risco das cotas pode dificultar a avaliação, por parte dos investidores, da qualidade do investimento nas cotas.

Risco de não classificação do Fundo como de longo prazo: A gestora envidará os seus melhores esforços para adquirir ativos financeiros de liquidez cujo vencimento permita a classificação do Fundo como de longo prazo, para fins da tributação dos cotistas. Entretanto, não há garantia de que o Fundo terá o tratamento tributário aplicável aos Fundos de longo prazo, sendo que a administradora e a gestora não assumem qualquer compromisso nesse sentido.

Emissão de novas cotas: O Fundo pode, a qualquer tempo, observado o disposto no regulamento, emitir novas cotas. Na hipótese de emissão de cotas, os cotistas não terão direito de preferência na sua subscrição, o que poderá resultar na diluição dos direitos políticos dos cotistas titulares das cotas então em circulação. Ademais, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada durante o período em que os recursos decorrentes da emissão das novas cotas não estiverem investidos em direitos creditórios cedidos, nos termos do regulamento.

Concentração das cotas: Não há restrição quanto à quantidade máxima de cotas que poderá ser detida por um mesmo cotista. Assim, um único cotista pode vir a deter parcela substancial das cotas e, consequentemente, uma participação expressiva no patrimônio líquido. Tal fato poderá fragilizar a posição dos demais cotistas, em razão da possibilidade de certas deliberações na assembleia virem a ser tomadas pelo cotista majoritário em função de seus interesses próprios e em detrimento do Fundo e dos cotistas minoritários.

Quórum qualificado: O regulamento estabelece quóruns qualificados para a assembleia deliberar sobre determinadas matérias de interesse dos cotistas. Tais quóruns poderão acarretar limitações às atividades do Fundo, em

decorrência da impossibilidade de aprovação de certas matérias na Assembleia.

Subordinação: Nos termos do regulamento, as cotas mezanino se subordinam às cotas seniores, e as cotas juniores se subordinam às cotas seniores e às cotas mezanino, para efeitos de pagamento da amortização e do resgate. Assim, o pagamento da amortização ou do resgate das cotas mezanino e das cotas juniores está condicionado ao recebimento, pelo Fundo, de recursos suficientes após o pagamento da amortização ou do resgate das cotas seniores e, conforme o caso, das cotas mezanino. Tendo em vista os riscos aos quais o Fundo está exposto, é possível que o Fundo não disponha de recursos suficientes para realizar o pagamento da amortização ou do resgate das cotas mezanino e/ou das cotas juniores.

Efeitos da política econômica do Governo Federal: O Fundo, os direitos creditórios, os ativos financeiros de liquidez, os cedentes e os devedores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente nas políticas monetária, fiscal e cambial e, consequentemente, também na economia do país. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais, limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outros. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do Governo Federal, poderão gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente, por exemplo, o pagamento dos direitos creditórios cedidos.

Flutuação de preços dos ativos financeiros de liquidez: A parcela do patrimônio líquido não aplicada nos direitos creditórios pode ser aplicada em ativos financeiros de liquidez. Os preços e a rentabilidade dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações e podem flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações nas políticas de crédito, econômica e fiscal, notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores ou contrapartes, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de referidos ativos. Essa oscilação dos

preços poderá fazer com que parte ou a totalidade dos ativos financeiros de Liquidez seja avaliada por valores inferiores aos de sua emissão ou contabilização inicial.

Precificação dos ativos de liquidez: Os ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo são avaliados de acordo com os critérios e os procedimentos estabelecidos pela regulamentação em vigor. Referidos parâmetros, tais como o de marcação a mercado dos ativos financeiros de liquidez (*mark-to-market*), poderão causar variações nos valores dos referidos ativos, podendo resultar em redução do valor das cotas.

Restrições de natureza legal ou regulatória: Eventuais restrições de natureza legal ou regulatória podem afetar adversamente a validade da constituição e da aquisição dos direitos creditórios, o comportamento dos referidos ativos e os fluxos de caixa a serem gerados. Na ocorrência de tais restrições, tanto o fluxo de originação e cessão dos direitos creditórios como o fluxo de pagamento dos referidos ativos poderá ser interrompido, comprometendo a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos cotistas.

Limitação do gerenciamento de riscos: As aplicações do Fundo estão, por sua natureza, sujeitas a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação. Ainda que a administradora e a gestora mantenham sistemas de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e os cotistas.

Demais riscos: O Fundo está sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais etc.

b) Controles relacionados aos riscos

Não obstante a diligência da administradora, gestora e da consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a gestora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e seus cotistas.

De forma resumida, o processo constante de avaliação e monitoramento do risco consiste em:

i. **Risco de crédito:** a administradora possui metodologia para definição de perda esperada para os direitos creditórios em carteira, que são mensuradas e revisadas durante toda a permanência do direito creditório na carteira do Fundo efetuando avaliações creditícias sobre os cedentes e avaliando o comportamento e o histórico de liquidez dos recebíveis.

ii. **Risco de liquidez:** a administradora constitui provisão de reserva para amortização de cotas, destinando os recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata. Caso a administradora não consiga formar a reserva esta interrompe a aquisição de direitos creditórios até que a reserva seja devidamente constituída.

iii. **Risco de mercado:** a administradora monitora as taxas mínimas de cessão praticadas pelo Fundo respeitando os limites previstos em regulamento.

8. Instrumentos financeiros derivativos

É vedado ao Fundo realizar operações com derivativos.

Nos exercícios findos em 31 de julho de 2026 e 2025 o Fundo não efetuou operações no mercado de derivativos.

9. Evolução da cota e rentabilidade

A rentabilidade calculada com base na variação da cota, comparada com a variação do *benchmark*, o resultado e o patrimônio líquido médio foram os seguintes:

Cotas seniores 5ª emissão	Valor da cota (em R$)	Rentabilidade (%)	Resultado	*Benchmark*	Patrimônio líquido médio
16/03 (2) a 31/07/2026	1.063,839521	6,38	924	CDI (1) + 3,0% a. a	14.967

Cotas seniores 4ª emissão	Valor da cota (em R$)	Rentabilidade (%)	Resultado	*Benchmark*	Patrimônio líquido médio
06/10/2025 (2) a 31/07/2026	1.149,531078	14,95	2.438	CDI (1) + 3,5% a.a.	17.571

Real Time Padronizado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos

CNPJ: 17.198.452/0001-22

(Administrado pela Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – CNPJ: 03.317.692/0001-94)

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto dos Exercícios Findos em 31 de julho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Cotas seniores 3ª emissão	Valor da cota (em R$)	Rentabilidade (%)	Resultado	*Benchmark*	Patrimônio líquido médio
31/07/2026	534,328748	14,93	4.285	CDI (1) + 3,5% a.a.	24.823
26/02 (4) a 31/07/2025	1.072,789253	7,28	1.196	CDI (1) + 3,5% a.a.	16.882

Cotas seniores 2ª emissão	Valor da cota (em R$)	Rentabilidade (%)	Resultado	*Benchmark*	Patrimônio líquido médio
1º/08/2025 a 06/01/2026 (3)	634,728126	5,91	983	CDI (1) + 3,5% a.a.	12.961
31/07/2025	1.176,971609	16,46	2.074	CDI (1) + 3,5% a.a.	13.402

Cotas seniores 1ª emissão	Valor da cota (em R$)	Rentabilidade (%) (1)	Resultado	*Benchmark*	Patrimônio líquido médio
1º/08 a 22/09/2026 (3)	12,307316	1,91	17	CDI (1) + 4,5% a.a.	612
31/07/2025	23,962387	7,49	602	CDI (1) + 4,5% a.a.	3.882

Cotas subordinadas mezanino 3ª emissão	Valor da cota (em R$)	Rentabilidade (%) (1)	Resultado	*Benchmark*	Patrimônio líquido médio
16/03 (2) a 31/07/2026	1.067,721502	6,77	201	CDI (1) +4,0% a.a.	3.067

Cotas subordinadas mezanino 2ª emissão	Valor da cota (em R$)	Rentabilidade (%) (1)	Resultado	*Benchmark*	Patrimônio líquido médio
03/11/2025 (2) a 31/07/2026	1.149,964248	15,00	592	CDI (1) +4,75% a.a.	4.242

Cotas subordinadas mezanino 1ª emissão	Valor da cota (em R$)	Rentabilidade (%) (1)	Resultado	*Benchmark*	Patrimônio líquido médio
1ª/08 a 29/12/2025(2)	62,720439	4,96	110	CDI (1) +5,5% a.a.	1.364
31/07/2025	289,439115	9,34	768	CDI (1) +5,5% a.a.	4.616

Cotas subordinadas juniores	Valor da cota (em R$)	Rentabilidade (%) (1)	Resultado	Patrimônio líquido médio
31/07/2026	2.692,827520	38,17	12.688	37.017
31/07/2025	2.062,529945	37,45	9.171	28.500

(1) Rentabilidade apurada desconsiderando os efeitos de amortização das cotas.

(2) Data de início da subclasse de cotas.
(3) Data de encerramento da subclasse de cotas.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

10. Emissão, amortização e resgate de cotas

a) Patrimônio líquido

O patrimônio do Fundo é representado por uma classe única de cotas e pelas suas respectivas subclasses de cotas seniores, subordinadas mezanino e subordinadas juniores.

b) Emissão

As emissões de cotas são processadas com base no valor calculado da cota na data da efetiva disponibilidade dos recursos.

	31/07/2026		31/07/2025	
Cotas emitidas	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**
Cotas seniores 5ª emissão	15.851,180403	15.939	-	-
Cotas seniores 4ª emissão	19.993,977177	20.546	-	-
Cotas subordinadas mezanino 1ª emissão	3.305,360495	598	-	-
Cotas subordinadas mezanino 2ª emissão	4.066,246272	4.084	-	-
Cotas subordinadas mezanino 3ª emissão	2.987,235416	2.989	-	-
Cotas seniores 3ª emissão	-	-	26.749,129352	27.500
Cotas seniores 2ª emissão	-	-	6.156,575689	6.500
Total		**44.156**		**34.000**

c) Amortização e resgate de cotas

As cotas deverão ser amortizadas ou resgatadas, em moeda corrente nacional, por meio (a) da B3, caso as cotas estejam depositadas na B3; ou (b) de TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito ou transferência como recibo de quitação.

Para fins da amortização ou do resgate das cotas, será considerado (a) para as cotas juniores, o valor unitário apurado no fechamento do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de amortização ou data de resgate, nos termos do regulamento; ou (b) para as cotas seniores ou as cotas mezanino, o valor unitário apurado na respectiva data de amortização ou data de resgate.

As cotas, independentemente da subclasse ou série, poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo, em caso de liquidação do Fundo.

As cotas juniores somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após o resgate integral das cotas seniores e subordinadas mezanino em circulação.

	31/07/2026			31/07/2025		
	Resgates		Amortizações	Resgates		Amortizações
	Quantidade	Valor	Valor	Quantidade	Valor	Valor
Cotas seniores 3ª emissão	-	-	(18.688)	-	-	-
Cotas seniores 2ª emissão	14.139,682580	(8.975)	(8.650)	-	-	-
Cotas seniores 1ª emissão	36.370,938519	(447)	(441)	-	-	(7.771)
Cotas subordinadas mezanino 1ª emissão	9.947,992251	(624)	(2.006)	-	-	(7.066)
Cotas subordinadas juniores	-	-	(2.529)	-	-	(416)
Total	**-**	**(10.046)**	**(32.314)**	**-**	**-**	**(15.253)**

11. Negociação de cotas

As cotas poderão ser depositadas para negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, a critério da administradora.

As cotas estarão sujeitas a eventuais restrições de negociação estabelecidas no boletim de subscrição e na regulamentação aplicável, incluindo, sem limitação, à Resolução CVM 160/2022.

12. Classificação de risco

Conforme estabelece o Inciso V, do Art. 13 da Seção II, Capítulo IV, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 175/2022, a obrigatoriedade de classificação de risco aplica-se apenas às subclasses de cotas seniores/subordinada mezanino destinadas ao público em geral. Tendo em vista que o Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados e profissionais nos exercícios findos em 31 de julho de 2026 e 2025, encontra-se dispensado dessa obrigação.

13. Custódia de títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos federais são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Os títulos e valores mobiliários privados são escriturais e seu controle é mantido pelo escriturador dos ativos.

As cotas de fundos de investimentos são escriturais e seu controle é mantido pelos administradores dos respectivos fundos investidos.

O Banco Finaxis S.A., é o responsável pela custódia e guarda dos documentos representativos de crédito.

14. Prestadores de serviços

Administração:	Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Controladoria:	Banco Finaxis S.A.
Custódia:	Banco Finaxis S.A.
Escrituração:	Banco Finaxis S.A.
Gestão:	M8 Partners Gestora de Recursos Ltda.
Consultoria e Cobrança:	FLM Cobrança Ltda.

15. Encargos do fundo

As taxas patrimoniais serão calculadas e provisionadas diariamente, tendo como base o patrimônio líquido do Fundo do primeiro dia útil imediatamente anterior, com a aplicação da fração de 1/252, por dias uteis, sendo o pagamento realizado mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido.

a) Taxa de administração

Pela prestação dos serviços de administração, custódia, controladoria e escrituração, o Fundo pagará o equivalente a (a) os percentuais ao ano incidentes sobre as faixas do patrimônio líquido estabelecidos na tabela abaixo em forma de cascata, ou seja, o valor devido será a somatório dos valores proporcionais apurados por cada faixa de patrimônio líquido, observado o valor mínimo mensal de R$ 16, atualizado anualmente, a partir de, junho de 2024, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), e (b) taxas por evento previsto no suplemento do regulamento do Fundo.

Faixa do patrimônio líquido (em reais)	Percentual ao ano. (%)
Até R$ 50.000.000,00	0,4251
Acima de R$ 50.000.000,01	0,35

As despesas e os valores a pagar com administração e custódia foram de:

	Despesas		Valores a pagar	
Serviços prestados	2026	2025	31/07/2026	31/07/2025
Administração	(276)	(181)	(28)	(22)

Custódia	(106)	(75)	(11)	(9)

b) Taxa de gestão

Pela prestação de serviço de gestão, o Fundo pagará o equivalente a 0,5% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido, observado o valor mínimo mensal de R$ 25, atualizado anualmente pela variação positiva IPCA, a partir de abril de 2026.

A Assembleia Geral Extraordinária de Cotista realizada em 07 de abril de 2026, deliberou a alteração da taxa de gestão, que até 08 de abril de 2026 era:

Pela prestação de serviço de gestão, o Fundo pagará o equivalente a 0,35% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido, observado o valor mínimo mensal de R$ 22, atualizado anualmente pela variação positiva IPCA, a partir de novembro de 2024. As despesas e os valores a pagar com gestão foram de:

	Despesas		Valores a pagar	
Serviços prestados	2026	2025	31/07/2026	31/07/2025
Gestão	(378)	(264)	(48)	(26)

c) Taxa de consultoria

Pela prestação de serviço de consultoria, o fundo pagará o equivalente a 0,60% ao mês incidente sobre o volume operado de direitos creditórios no respectivo mês, sendo que tal valor não poderá ser inferior ao pagamento mínimo mensal de R$300, atualizado anualmente pela variação positiva do IGP-M, a partir de dezembro 2024.

As despesas e valores a pagar com consultoria foram de:

	Despesas		Valores a pagar	
Serviços prestados	2026	2025	31/07/2026	31/07/2025
Consultoria	(3.123)	(3.358)	(463)	(420)

d) Reversão de provisão de exercício anteriores

O saldo apresentado na rubrica "Reversão de provisão de exercícios anteriores", no montante de R$ 120, registrado na demonstração do resultado, refere-se à estorno de taxa de consultoria.

16. Legislação tributária

a) Imposto de renda

Em conformidade com a Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023, e demais normativos vigentes, os rendimentos das aplicações em fundos de investimento serão tributados semestralmente no último dia útil dos meses de maio e de novembro de cada ano à alíquota de 15% para fundos de investimento cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias (longo prazo) e a 20% para fundos de investimento cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias (curto prazo).

Na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, aplica-se o percentual complementar necessário para totalizar a alíquota prevista, variável em razão do prazo da aplicação e classificação tributária do fundo:

Longo prazo

i. 22,50% em aplicações com prazo de até 180 dias;
ii. 20,00% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
iii. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias; e
iv. 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

Curto prazo

i. 22,50% em aplicações com prazo de até 6 meses; e
ii. 20,00% em aplicações com prazo acima de 6 meses.

Os fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em participações enquadrados como entidades de investimento, que cumprirem os demais requisitos previstos na legislação, não estão sujeitos à tributação periódica e serão tributados à alíquota de 15% na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

b) IOF – Imposto sobre operações financeiras

Os resgates, quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estão sujeitos à cobrança de IOF. A alíquota de IOF é de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado a um percentual do rendimento da operação, e decrescente em função do prazo da aplicação. Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data de aplicação, não há cobrança de IOF.

Adicionalmente, conforme previsto do Decreto Lei 12.499, de 11 de junho de 2025, haverá incidência do IOF, à alíquota de 0,38%, sobre o valor correspondente à aquisição primária de cotas de FIDC, inclusive nas aquisições realizadas por instituições financeiras.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do imposto de renda na fonte e ou IOF sobre os resgates.

17. Demandas judiciais

O Fundo figura como polo passivo em ações judiciais e extrajudiciais. Segundo informações dos seus assessores jurídicos, as ações nas quais as expectativas de desfecho desfavorável ao Fundo são consideradas possíveis, estão apresentadas abaixo:

Passivo	Possível
Exercício findo em 31 de julho de 2026	(523)
Exercício findo em 31 de julho de 2025	(502)

18. Operações com partes relacionadas

O Fundo realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

i. Serviços prestados

Parte relacionada	Serviços prestados	Despesas		Valores a pagar	
		2026	2025	31/07/2026	31/07/2025
Da administradora					
Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração	(276)	(181)	(28)	(22)
Banco Finaxis S.A.	Custódia	(106)	(75)	(11)	(9)
Do cotista					
M8 Partners Gestora de Recursos Ltda.	Gestão	(378)	(264)	(26)	(26)
FLM Cobrança Ltda.	Consultoria e Cobrança	(3.123)	(3.358)	(463)	(420)

([1]) A taxa de administração compreende os serviços da Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de administradora do Fundo, e do Banco Finaxis S.A., responsável pela controladoria e escrituração, parte relacionada da administradora.

i. Depósitos bancários

O Fundo efetua movimentações financeiras em conta corrente bancária mantida junto ao Banco Finaxis S.A., parte relacionada da administradora do Fundo. Em 31 de julho de 2026 e 2025 não havia saldo disponível.

ii. Administração de fundos investidos

O fundo investido Petra Liquidez Fundo de Investimento Referenciado DI LP, é administrado pelo Banco Finaxis S.A., parte relacionada da administradora do Fundo.

iii. Recompras com direitos creditórios

As ações de cobranças realizadas pela FLM Cobrança Ltda., junto aos respectivos sacados e/ou cedentes, resultaram em recompras e/ou

substituições pelos cedentes. O montante recomprado e substituído no exercício está demonstrado a seguir:

	Valor de aquisição	Valor presente	Valor pago	Resultado
Exercício findo em 31 de julho de 2026	112.907	91.460	92.300	840
Exercício findo em 31 de julho de 2025	130.162	114.399	114.802	403

19. Alterações estatutárias

A Assembleia Geral Extraordinária de Cotista realizada em 07 de abril de 2026, deliberou sobre os seguintes assuntos:

i. Aprovação da alteração da taxa de gestão do fundo;
ii. Alteração do regulamento do Fundo;
iii. Alteração das alíneas (a), (b) e inclusão da alínea (c) do item 12.2 - Condições de cessão;
iv. Alteração das alíneas (a), (b) do item 15.2.1 – Índice de Subordinação;
v. Alteração do item 17.5.3;
vi. Exclusão da alínea (g) do item 23.2 – Eventos de Avaliação

A Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas de 13 de março de 2026 deliberou sobre:

i. A 1ª emissão da 3ª série de cotas subordinadas mezanino, no montante de R$ 15.000; e
ii. A 1ª emissão da 5ª série de cotas seniores, no montante de R$ 30.000.

A Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas de 13 de janeiro de 2026 deliberou sobre
as alterações do suplemento das cotas seniores da 3ª série da 1ª emissão do Fundo, constante no suplemento da referida emissão, que passará a data de resgate para 13 de dezembro de 2026 e alteração no cronograma da amortização.

A Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas de 06 de janeiro de 2026 deliberou sobre
as alterações do suplemento da 1ª emissão da 2ª série de cotas seniores do Fundo, constante no suplemento da referida emissão, que passará a data de resgate para 06 de janeiro de 2026 e alteração no cronograma da amortização.

A Assembleia Geral Ordinária de Cotistas realizada em 11 de novembro de 2025 deliberou a aprovação das demonstrações financeiras das notas explicativas e do parecer do auditor independente, relativo ao exercício social do Fundo em 31 de julho de 2025.

A Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas de 03 de novembro de 2025 deliberou sobre a alteração do *Benchmark* da 1ª emissão da 2ª série de cotas subordinadas mezanino do Fundo, que passará de 100% do CDI, acrescido de uma sobretaxa equivalente a 5,5%, para 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 4,75% a.a.

A Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas de 17 de outubro de 2025 deliberou a 1ª emissão da 2ª série de cotas subordinadas mezanino, no montante de R$ 10.000.

A Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas de 02 de outubro de 2025 deliberou a 1ª emissão da 4ª série de cotas seniores, no montante de R$ 20.000.

20. Eventos subsequentes

Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos

Periodicamente o Finaxis reavalia sua metodologia de Provisão para Devedores Duvidosos a fim de garantir que suas diretrizes estejam alinhadas ao comportamento dos ativos nas carteiras dos FIDCs administrados pelo Finaxis e as bases regulatória e autorregulatória vigentes.

Em setembro de 2026 foram implementadas alterações na metodologia a fim de aplicar a provisão por faixa de atraso sobre todo o fluxo esperado do mesmo sacado no FIDC, o que também é conhecido como "efeito vagão", e da aplicação da provisão por perda esperada para todos os fundos, inclusive para os ativos estruturados. Durante a transição da metodologia, os ativos que vencerem até 13 de setembro de 2026 irão permanecer com a metodologia atual e os ativos que vencerem a partir de 14 de setembro de 2026 seguirão a nova metodologia, evitando assim que tenhamos em um único dia o impacto no nível de provisão do FIDC somente pela mudança na metodologia.

A política atualizada está disponível no site do Administrador, que segue com o compromisso de buscar e adotar as melhores metodologias para o tema, refletindo a adequada precificação dos ativos da carteira a partir da expectativa de valor recuperável atualizada.

21. Informações adicionais

a) Outros serviços prestados pelo auditor independente

A administradora não contratou outros serviços da Next Auditores Independentes S.S., relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

b) Diretor e contadora

O diretor e a contadora responsáveis pelo Fundo são:

Luis Locaspi	Suelen Inácia de Oliveira
Diretor	CRC PR-065.476/O-0

***